

Comunalismo e o ponto de produção

O comunalismo tem características éticas que derivam logicamente dos principais argumentos e princípios do socialismo libertário e do comunismo. Por exemplo: o argumento socialista libertário pelo tipo certo de autogestionamento interdependente interligado com o dos outros coletivos e pessoas leva a que comunidades tenham o autogestionamento e os meios de produção necessários para reproduzir a vida diária- pelo menos até um grau significativo. De outra forma, o poder está relativamente privatizado acima das comunidades co-federadas, nas mãos de conselhos relativamente privados. Tais conselhos relativamente privados são distintos de conselhos incorporados dentro de assembleias comunais- e são distintos de conselhos auxiliares para tais assembleias que não privatizam o que deveria ser comum. Autoadministração em toda a escala interligada com a autoadministração d@s outr@s implica pelo menos algum tipo de autogestionamento significativo na esfera comunal. Além disso, a distribuição comunista de acordo com as necessidades (se for para incluir meios de produção como necessidade) implica distribuir meios de produção pelas comunidades e não só distribuir excedentes às comunidades- e dadas as necessidades que coletivos comunais têm, isso implica uma forma de economia comunal e não apenas conteúdo comunista (e forma comunal como uma dimensão necessária mas insuficiente do conteúdo comunista). Contudo, apenas porque o raciocínio da argumentação do socialismo libertário e do comunismo apontam para o comunalismo, não significa que este tenha sido essencial para todas as teorias e movimentos que se intitularam com tais nomes- daí a sua distinção como tendência da praxis socialista libertária e comunista.

O comunalismo tem características estratégicas que não são apenas éticas num mero sentido abstrato. Não é apenas um objetivo final para ser atingido e desenvolvido, mas um meio para chegar a tais fins de desenvolvimento que contem- tanto quanto possível- as dimensões éticas dos fins que almeja. O comunalismo pode mobilizar pessoas da classe não-governante ao nível de comunidade (e co-federação) numa esfera política horizontalista para deliberar e tomar ação relativamente a políticas reconstrutivas e de oposição ao nível da extração de recursos, produção, distribuição, reprodução, consumo, vida comunitária num sentido mais abrangente, etc. Esta capacidade maleável de organização comunalista permite ações variadas em muitas esferas da vida assim como uma reorientação da estratégia para as condições à medida que elas emergem, mantendo pelo menos alguns princípios consistentes com os meios e os fins de tal desenvolvimento. Tais dimensões mínimas do comunalismo incluem mas não estão limitadas à horizontalidade, ausência de hierarquia,

democracia direta, co-federação, ecologia, tecnologia libertadora e distribuição comunista.

O comunalismo pode ser benéfico para outras dimensões de um movimento socialista antiautoritário, pois pode preencher nichos que precisam de ser preenchidos num ecossistema de movimentos, e suplementar o preenchimento desses nichos, apoiando grupos e pessoas que estão, ou gostariam de estar, a participar em ações específicas. Se por exemplo um sindicato radical deseja apoio comunitário, ou se uma pessoa tem um projeto de horta comunitária no qual deseja ajuda, ou se um coletivo está a fazer uma ação direta contra bancos, então assembleias comunistas podem fazer tudo desde mobilizar pessoas a ações e ampliar a promoção, ajudar pessoas com infraestrutura organizacional, aconselhar em relação ao conteúdo de ações, formar processos mais formais de tomada de decisão em conjunto entre coletivos, etc. A praxis comunista pode potencialmente ilustrar como problemas particulares e soluções particulares estão conectados com problemas gerais e soluções gerais, e inversamente ilustrar como problemas e soluções gerais estão conectados com problemas e soluções particulares. Isto pode ajudar as pessoas a moverem-se entre ações concretas e organização geral e a perceber a relação potencial entre ambos. Contudo, tal potencial para oposição ilustrativa (tal como é chamado por Chaia Heller) requer uma dimensão educacional que inclui mais do que apenas ação- é essencial que boa teoria seja generalizada através de educação popular.

Simplemente porque o comunalismo pode ser maleável para ações variadas em esferas diferenciadas não significa que todas as ações em todas as áreas da vida que podem ser tomadas dentro dos limites dos princípios mínimos do comunalismo sejam todas equivalentes em termos de ética ou eficácia em relação ao desenvolvimento comunista (assim como critérios éticos adicionais para além dos meros princípios mínimos do comunalismo). Haverá tendências gerais de variados tipos de conteúdo comunista que são melhores do que outras sob varias condições para desenvolver aproximações de bons critérios éticos, mas há, não obstante, exceções importantes que podem ser relativamente extremas (dado que tais tendências podem ser probabilísticas até graus relativamente ligeiros e extremos). Além disso, ações que de acordo com bons critérios éticos são probabilisticamente melhores que outras sob condições específicas irão variar à medida que variáveis suficientemente relevantes emergirem. Isto explica como as dimensões mínimas universais da praxis comunista são necessárias mas insuficientes para uma boa praxis comunista- porque uma boa praxis também requer um conteúdo estratégico que se adapte a variáveis relevantes à medida que estas se desenvolvem em contextos gerais e específicos.

Assembleias comununistas podem catalisar ações diretas contra combustíveis fósseis, criar projetos de justiça alimentar, construir cooperativa e coletivos controlados pelos trabalhadores e pela comunidade, fazer boicotes direcionados (de preferência em conjunto com políticas de oposição em outras esferas), ajudar com a organização no local de trabalho, bloquear sistemas de distribuição capitalistas, apoiar a defesa de migrantes, facilitar a organização de inquilin@s, socializar trabalho reprodutivo, espalhar educação popular, construir infraestruturas alimentadas pelas pessoas através da vida comunitária, desenvolver novas ligações públicas que enriqueçam a vida comunitária e criar solidariedade dentro e entre comunidades e coletivos em ações mais imediatas e em visões e planos de longo prazo. Esta lista é suposto ser ilustrativa do potencial de assembleias comunitárias serem organizações chave num e para um ecossistema de movimentos e ações.

Como o comunismo não prescreve meramente a organização ao nível do ponto de produção, é capaz de organizar uma faixa mais ampla da população do que aquel@s que são atualmente trabalhador@s assalariados no ponto de produção e/ou aquel@s que estão apenas a tentar organizar no ponto de produção. A concepção dogmática da subjetividade revolucionária e da restrição da ação ao ponto de produção pode excluir varias classes governadas tais como a juventude, muit@s d@s idos@s, pessoas com deficiências, trabalhador@s reprodutiv@s que não recebem salário, desempregad@s, pessoas não empregáveis, algumas pessoas auto-empregadas, pessoas que trabalham em cooperativas, e mesmo alguns profissionais da ação revolucionária- atividade que pode ser fora do ponto de produção ou mesmo em solidariedade com políticas de oposição no ponto de produção. Além disso, tal concepção dogmática da subjetividade revolucionária e de ação como sendo apenas limitada a estar no ponto de produção, inibe uma abordagem que lide com várias esferas da vida e com todo o processo de desenvolvimento hierárquico e libertador- ambos os quais incluem e vão além do ponto de produção. A subjetividade revolucionária pertence a toda classe não governante- que sob o capitalismo é claro composta em grande parte pela classe trabalhadora- apesar de, em diferentes contextos, diferentes segmentos da sociedade serem mais ou menos provavelmente revolucionários.

Apesar da organização no local de trabalho não ser essencial ao núcleo da praxis do comunismo- o que é uma crítica produtiva para a sua insuficiência a nível estratégico- não há razões para que uma assembleia comunista na forma de oposição ao capitalismo não possa ter um comité organizador para a organização no local de trabalho ou para a solidariedade com a organização no local de trabalho. Na verdade, desenvolver estrategicamente tais potenciais para a organização no local de trabalho dentro de assembleias comununistas na forma de oposição ao capitalismo

(que são distintas das assembleias na forma de liberdade) pode fazer avançar processos esquerdistas antiautoritários, ajudar o sindicalismo radical, assim como dar um caráter de luta de classes às assembleias comunais. A capacidade da organização comunalista para acrescentar amplamente solidariedade comunitária com @s trabalhador@s em luta nos locais de trabalho fá-la ideal para auxiliar a organização baseada no ponto de produção e, se feita adequadamente pode ser mais produtiva do que uma abordagem estrita ao ponto de produção. Esta está dependente não só de onde e como a oposição e a reconstrução pode e deve acontecer, mas também da própria organização baseada no ponto de produção.

Numa sociedade comunalista, diferentes esferas seriam qualificadas por um todo unificado dos princípios mínimos do comunalismo. A economia seria integrada em políticas horizontalistas criando uma política económica horizontalista com concelhos incorporados, e posse para usagem mutuamente equitativa para pessoas e coletivos, com tomada de decisões para comunidades, coletivos e pessoas de acordo com necessidades e vontade- decidindo tudo desde uso de recursos, produção, reprodução, distribuição, ação, até desenvolvimento participativo comunal e co-federal. O desenvolvimento ético que inclui e vai além das meras dimensões mínimas do comunalismo deve guiar o conteúdo das decisões populares em direção a maior liberdade, mutualidade, cultivo de virtudes, diferenciação, felicidade, prazer, excelência, assim como uma série de outros bons critérios.